PAN Açores | REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR

Reprovado
13-7-2021

Voto de Protesto contra a posição neutral do Governo Português na condenação da lei húngara que discrimina as pessoas LGBTI+

A 15 de junho de 2021, o Parlamento húngaro aprovou um pacote legislativo que proíbe campanhas de sensibilização para a defesa dos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (LGBTI+) junto de menores, limitando, desta forma, o acesso à educação sexual nas escolas.

O Presidente húngaro, János Áder, que pertence ao partido Fidesz, que se caracteriza por ser nacional-conservador populista de direita húngaro, promulgou a referida legislação. A elaboração desta legislação decorreu do escândalo protagonizado por um embaixador húngaro, afeto ao próprio partido, que foi encontrado com centenas de filmes de pornografia infantil.

No ímpeto das promessas bem-vindas de medidas robustas anti-pedofilia, o primeiro ministro Orbán lança no parlamento legislação onde camufla, numa demanda vertiginosa contra a homossexualidade, a proibição dos conteúdos LGBTI+ a menores de 18 anos, como se fosse possível estes estarem, de alguma forma, relacionados com o repulsivo crime sexual contra crianças e jovens. Esta armadilha é um reflexo do engenho político para criar um cavalo de Tróia que serve comportamentos homofóbicos.
É, ainda um reflexo de uma penumbra sombria que assola o contexto europeu, fazendo recair um ambiente de perseguição e discriminação das pessoas LGBTI+, instaurando um contexto violento de aumento de discursos de ódio.
Este advento desencadeou na Hungria uma onda pública de protestos nas ruas contra a referida lei.

O caso não é de somenos já que direitos básicos como a igualdade e não discriminação estão consagrados na Convenção Europeia de Direitos Humanos, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e em inúmeros tratados internacionais.

Numa Europa a viver um campeonato de futebol em euforia passageira, mas maculada por um extenso período pandémico que conduziu a uma certa destruição do tecido social, instabilidade económica e até vulnerabilidade de alguns comportamentos sociais fundamentais à convivência humana em harmonia, Portugal, enquanto detentor da presidência do Conselho da União Europeia, não subscreveu uma carta assinada por 13 Estados-membros sobre os direitos LGBTI na Hungria alegando "**dever de neutralidade**". Portugal só assinou a declaração contra a lei húngara ao fim da presidência portuguesa da União Europeia.

Mas porque será isto constrangedor ou menos apropriado a um país que já deteve, outrora, o poder de assinar tratados que dividiam o mundo ao meio? Porque Portugal poderia ter o dever de neutralidade, mas, acima dele, tinha o dever de parcialidade. E, exatamente no

momento que detinha algum poder para dar o exemplo, escolheu não o fazer. Escolheu, ao invés, a neutralidade, que, neste caso concreto, se pauta por uma roupagem de indiferença e insensibilidade.

Mais ainda, quando no nosso país, somos assolados por uma certa direita radical, ultra conservadorista, que despertou uma autêntica cruzada contra minorias, contra o direito à auto-determinação e decidiu criar como alvo a ciganos, negros, imigrantes carenciados em nome de encapotamento denominado austeridade orçamental.
Medidas como cadastros étnicos e penas físicas, atentam contra a dignidade dos cidadãos e não há como fugir a este diálogo, incorrendo o risco de instigar uma fogueira que está a crescer e que persegue todas aqueles que são considerados diferentes, forjando uma autêntica caça às bruxas.

Frases como, e passo a citar, *"A ideologia de género, meus amigos, é para ser irradicada, para ser eliminada. E do que depender de mim, queimada, queimada da História de Portugal"*, trazem-nos à memória momentos catastróficos da história da civilização europeia. Esta violência contra qualquer forma de auto-determinação e contra tudo aquilo que é considerado uma minoria que tem de ser demarcada e controlada, cria um espaço para anacronismos que não podemos deixar crescer.

Estes ataques dirigidos, esta demarcação de cidadãos são preceitos que todos concordamos banir pois entram numa antiga prática de "*tornar o inimigo visível*", tão cara a figuras como Reinhard Heydrich do partido nazista, com a patente SS-Obergruppenführer, o criador da *"estrela amarela"* para identificar cidadãos considerados inimigos visíveis, como os judeus. Se existe exagero na comparação? Não, o partido CHEGA pretende criar o "cadastro étnico racial".

André Ventura proferiu a frase que acabei de citar no VII Conselho Nacional do CHEGA em Sagres, no início deste mês, que contou com a presença de representantes de extrema direita italiana, da direita populista da Eslováquia.

Este tipo de discurso de um líder de um partido e estas acendalhas que braseiam na fogueira das medidas do CHEGA devem preocupar-nos a todos como cidadãos e como decisores políticos. Não é porque nos opomos a estas perigosas ideologias fascistas que somos anarcas, nem radicais, ou estamos contra os valores tradicionais. Não somos nós o inimigo quando defendemos a autodeterminação de qualquer cidadão, nem podemos deixar que nos transformem em carrascos dos mais básicos direitos da humanidade.

Assim, ao Abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, a Representação Parlamentar do PAN propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove o Voto de Protesto contra a posição neutral do Governo Português na condenação da lei húngara que discrimina as pessoas LGBTI+.

Agradecemos que este voto seja entregue ao Presidente da Assembleia da República e ao Governo Português.

Horta, 13 de julho de 2021

O deputado

Pedro Neves